



# **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS**

Petrópolis/RJ, 02 de fevereiro de 2022.

### **PARECER**

GP: 026/2022 CMP DL 0439/2022 – DAJ 59/2022

**EMENTA:** PARECER JURÍDICO. RAZÕES DE VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 7553/2021 – GP nº 026/2022, PRE LEG 0730/2021, DE AUTORIA DO NOBRE VEREADOR MAURINHO BRANCO QUE "INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE ENFRENTAMENTO À PSICOFOBIA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS".

### **I-INTRODUÇÃO:**

Versa o presente parecer referente à constitucionalidade do veto total pelo chefe do executivo municipal no projeto de lei nº:7553/2021, aprovado nesta Casa Legislativa, que "INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE ENFRENTAMENTO À PSICOFOBIA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS".

É o relatório.

Passo à análise jurídica.

Praça Visconde de Mauá, 89, Centro, Petrópolis-RJ  
Tel/fax (24) 2291-9200

[www.cmp.rj.gov.br](http://www.cmp.rj.gov.br)



## ESTADO DO RIO DE JANEIRO CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

### II-DO MÉRITO:

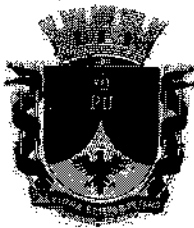
Compulsando os presentes autos, verificamos que não merece prosperar o veto total exarado pelo Prefeito Municipal de Petrópolis, Rubens Bomtempo, tendo em conta, que a fundamentação legal colacionada nos presentes autos não carece de ilegalidade, pois matéria tratada no Projeto de Lei nº 7.553/2021, de autoria do Nobre Vereador Maurinho Branco tem natureza de caráter educativo e esclarecedor, para uma melhor interpretação, diante da desmistificação do preconceito e a discriminação em torno das patologias mentais contra pessoas possuidoras de transtornos e/ou doenças mentais, desenvolvendo ações de conscientização à população em geral sobre o tema.

Assim sendo, ratificamos o nosso parecer anterior, pois a matéria tratada no **Projeto de Lei nº 7.553/2021 é de competência da Câmara Municipal**, por iniciativa de qualquer um de seus membros.

Cumpre necessário mencionar, ainda, o **§3º do art. 16 da Lei Orgânica Municipal**:

*Art. 16. Compete ao Município, na promoção de tudo quanto respeite ao interesse local e ao bem-estar de sua população:*

*§ 3º As competências previstas neste artigo não esgotam o exercício privativo de outras, na forma da*



## ESTADO DO RIO DE JANEIRO CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

*lei, desde que atendam ao peculiar interesse do Município e ao bem-estar de sua população e não conflitem com a competência federal e estadual.*

Sendo assim, de acordo com as normas legais vigentes, esta Casa Legislativa está legitimada a derrubar o veto na totalidade exarado pelo chefe do executivo municipal, permitindo a todos os munícipes mais uma garantia devida e esperada no nosso município.

### III-DA CONCLUSÃO:

Por todo o exposto trata-se de um parecer opinativo, ou seja, tem caráter técnico-opinativo que não impede a tramitação e até mesmo consequente aprovação. Nesse sentido é o entendimento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL que, de forma específica, já expôs a sua posição a respeito, *in verbis*:

*“O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex officio da lei. Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples*



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS**

*parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador.” (Mandado de Segurança nº 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.)*

Nestes termos, com amparo nas determinações constantes no Regimento Interno, este DAI OPINA favorável a derrubada do presente VETO total, cabendo ao plenário a análise de mérito do mesmo.

É o parecer.

A superior consideração.

  
ALEXANDER LESSA DE ABREU

ASSESSOR JURÍDICO

MATRÍCULA: 1706.037/21

OAB/RJ 105.177

FERNANDO FERNANDES DE A. ARAÚJO

DIRETOR DE ASSUNTOS JURÍDICOS

MATRÍCULA: 1729.063/21

OAB/RJ 80.742